

PROJETOS E POLÍTICAS EM SEGURANÇA PÚBLICA NO COMBATE À VIOLÊNCIA

PUBLIC SAFETY PROJECTS AND POLICIES TO COMBAT VIOLENCE

SILVA, Hudson Vilar da ¹
SILVA, Vinícius Santos²

RESUMO

O artigo intitulado Projetos e Políticas em Segurança Pública no Combate à Violência abordou aspectos relevantes sobre as políticas públicas, bem como buscou apresentar o significado das mesmas, onde a melhor explicação foi aquela estabelecida por (SOUZA, 2006) em que afirma que as políticas públicas são ações que visam constituir subsídios de otimizar estratégias de intervenção no cotidiano, assim, sendo assim um conjunto de ações dos Governos. Deste modo, o presente artigo científico teve como objetivo geral identificar as ações que têm sido desenvolvidas pelo Estado no sentido de resolver as questões de violência no país. Assim, as políticas públicas apresentadas neste artigo são voltadas especialmente para o estado de Goiás, que segundo (RESENDE, 2017) 04 das 30 cidades mais violentas do país, estão localizadas no estado goiano, que são Gama, Luziânia, Senador Canedo e Trindade. O trabalho também levou em consideração as políticas públicas desenvolvidas especificamente para as cidades do Entorno do Distrito Federal. Para a realização deste trabalho, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, por meio do levantamento de informações em livros e material eletrônico de fonte confiável. Diante das ações apresentadas, é possível concluir que o objetivo deste artigo foi atingido.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Segurança Pública. Violência. Goiás.

ABSTRACT

The article entitled Projects and Policies in Public Security in the Fight against Violence addressed relevant aspects of public policies, as well as sought to present their meaning, where the best explanation was that established by (SOUZA, 2006) in which it states that public policies are actions that seek to constitute subsidies to optimize strategies of intervention in the daily life, thus, being thus a set of actions of the Governments. In this way, the present scientific article had as general objective to identify the actions that have been developed by the State in order to solve the issues of violence in the country. Thus, the public policies presented in this article are geared specifically to the state of Goiás, which according to (RESENDE, 2017) 04 of the 30 most violent cities in the country are located in the state of Goiás, Gama, Luziânia, Senador Canedo and Trindade. The work also took into consideration the public policies developed specifically for the cities of the Surroundings of the Federal District. For the accomplishment of this work, bibliographical research was used as methodology, through the collection of information in books and electronic material of reliable source. In view of the actions presented, it is possible to conclude that the objective of this article has been reached.

Keywords: Public Policies. Public Security. Violence. Goiás.

¹ Aluno do curso de do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás- CAPM, hudsonvilar12@gmail.com; Águas Lindas de Goiás- GO, junho de 2018.

² Orientador: Especialista em Políticas e Gestão em Segurança Pública – Estácio de Sá, Professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar(CAPM), viniussasi@hotmail.com, Rio Verde –Go, junho 2018.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem passado por momentos bastante difíceis em todos os seus aspectos. Nos últimos anos o país assistiu a uma severa crise política e econômica, que abalou uma parcela bastante significativa da população, mas nenhuma assusta mais que a crise na segurança pública, que registra números de guerra com relação às vítimas de mortes violentas.

Nada mexe mais com a população que o medo. Embora a classe econômica, o sexo e a etnia sejam fatores determinantes no perfil das vítimas de mortes violentas, o medo invade todas as classes, idades e sexo, afinal uma bala perdida, por exemplo, não consegue fazer nenhum tipo de distinção.

O Brasil todo vivencia casos de violência e o estado de Goiás ocupa uma importante posição nos índices de violência, sendo também objeto de estudo desta pesquisa.

Diante de um quadro de extrema violência, o tema que norteia este artigo científico, são os projetos e políticas em segurança pública no combate à violência. Assim, no sentido de contemplar o referido tema, o problema desta pesquisa pretende responder se os projetos e políticas em segurança pública têm sido eficazes no combate à violência?

Sabendo que o Estado, principal responsável por garantir a segurança pública, detém a mão de obra e o capital necessário, então o mesmo tem condições de combater a violência, contudo, não é isto que tem ocorrido.

Como o Estado tem os recursos necessários para combater a violência e mesmo assim não consegue elucidar esta questão, o objetivo geral deste trabalho é identificar as ações que têm sido desenvolvidas pelo Estado no sentido de resolver as questões de violência no país.

Como objetivos específicos o trabalho irá analisar a violência no país e em especial no estado de Goiás; identificar o papel da polícia diante deste cenário de violência; e por fim apresentar as políticas afirmativas dentro da segurança pública.

A metodologia selecionada para a cumprimento deste artigo de pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, que além da consulta de livros também recorre a trabalhos acadêmicos já publicados.

A relevância deste artigo dá-se principalmente por propiciar o entendimento de como a polícia tem agido para combater a violência, o que o Estado tem feito e porque mesmo com tantos esforços o Brasil ainda vive um cenário guerra, tal estudo pode pontuar novas ações e contribuir para que se entenda onde estão as arestas que precisam ser aparadas para que as políticas afirmativas em segurança pública, seja de fato efetivas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 VIOLÊNCIA: UM QUADRO NACIONAL

O Brasil é conhecido como o país do futebol, mas poderia trocar facilmente este título por país da violência. Segundo uma série especial do Jorna da Globo, o crescimento de homicídios nas regiões Norte e Nordeste disparou nos últimos 15 anos, para se ter uma ideia, de cada 100 mortes violentas no Brasil no ano 2000, 58 foram no Sudeste e 26 no Norte e Nordeste.

Em 2015, 40 de cada 100 mortes foram no Norte e Nordeste, em Sergipe por exemplo, a taxa de mortes violentas é o dobro da média nacional. Além disso, em São Paulo, boa parte destas mortes violentas é provocada por policiais, em 2005, nesta mesma localidade, era de 139 mortos, em 2016, passou para os assustadores 438 mortos (MENEZES, 2017).

Diante de tal fato, não é necessário ser um especialista para perceber que a violência no Brasil tem crescido vertiginosamente. Nos últimos anos, a taxa de homicídios aumentou 10% e, no início de 2017 o que se viu foi a explosão em massa da crise do sistema carcerária, conforme Ferro (2017).

A sociedade depara-se portanto com uma crise nacional na segurança pública, onde a violência no Brasil matou mais que a guerra na Síria, nos últimos 5 anos, de acordo com Santos (2016).

A violência no Brasil, é um problema tão sério, que chega a ser uma das maiores preocupações de crianças e adolescentes, segundo uma pesquisa sobre a qualidade de vida, feita pela Rede Nossa São Paulo em parceria com o Ibope.

Isso porque os casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem em toda parte, deixando de ser uma exclusividade das ruas, eles ocorrem em casa, na rua e até dentro de escolas e universidades. Outro fato importante, é que este público tem medo de sair à noite, do tráfico de drogas e até da polícia (PAIVA, 2015).

Contudo, é bom que se entenda que tal violência não ocorre apenas contra civis. A Polícia Militar também é vítima fatal desta violência, ela é vítima quando morre em ações policiais, quando bandidos descobrem que são policiais, mesmo não estando em serviço, sofrem violência quando não podem expor na vizinhança a profissão que exercem, sofrem pela mídia quando são apontados como maiores ocasionadores da violência urbana.

Segundo a Folha de São Paulo de 2012, a cada 32 horas um policial é morto no Brasil. Em 2014, 114 policiais foram mortos só no Rio de Janeiro, lembrando que a maioria destes, não estava em serviço, quando atacados fatalmente (BITTAR, 2015).

Tais fatos corroboram a crise na segurança pública no Brasil, colocando em risco os direitos básicos da população brasileira.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I- Polícia federal;
- II- Polícia rodoviária federal;
- III- Polícia ferroviária federal;
- IV- Polícias civis;
- V- Policiais militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, 1988)

Portanto, a segurança pública é algo que realmente afeta a população brasileira, de acordo com o Boletim IBCCRIM n.º 113 de 2002, a violência apresentava-se como o segundo maior medo da população deste país, ficando atrás apenas do desemprego, (SOUZA, 2006, p. 09). Desde o ano da publicação destes dados, a realidade não mudou de maneira positiva, muito pelo contrário, as questões que envolvem a segurança só pioraram.

Portanto, a violência é hoje o problema que mais afeta os brasileiros. De acordo com Orlando Fantazzini, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, o país em razão dos números elevados da violência, apresenta um quadro semelhante ao dos países em guerra.

O “Atlas da Violência” apresenta uma informação nada animadora, onde aponta que 10% dos homicídios do mundo ocorrem no Brasil (MORENO, 2016).

Oliveira (2017) enfatiza que de acordo com o “Atlas da Violência” homens, jovens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país, evidenciando o aspecto racial nas causas de violência no Brasil.

O “Atlas da Violência” aponta para um crescimento assustador do número de homicídios no Brasil, onde se desenha a naturalização da violência por parte do poder público, Oliveira (2017).

Neste sentido, é possível perceber que a Segurança Pública no Brasil, atravessa uma séria crise, e por este motivo é necessário que se entenda que fatores contribuem para tal fragilidade.

Deste modo, foram elencados 5 fatores que contribuem para esta crise. Em primeiro lugar a incerteza sócio-jurídica, e neste sentido, Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apud (LOUREIRO, 2017) faz uma reflexão muito importante sobre segurança pública, onde afirma que “nenhuma lei diz que segurança pública é proteger a população ou investigar criminoso, só diz por quem a segurança vai ser exercida”.

Em segundo lugar, na lista de elementos que corroboram para uma segurança pública falida e carente de ações efetivas e com resultado, está a precariedade do sistema prisional, com a superlotação e guerras entre facções dentro dos presídios, com legislação frágil e muita morosidade nos julgamentos.

Em terceiro lugar, estão as reformas que não saem do papel, como a reforma do código penal, desmilitarização da polícia, mais recursos para políticas públicas", explica Waiselfisz apud (LOUREIRO, 2017).

Em quarto lugar está a falta de investigação, associada à falta de recursos e em quinto lugar a forma como são utilizados os poucos recursos, para se ter uma ideia, o dinheiro da segurança pública é repassado através convênios, porém com muitos empecilhos burocráticos. A segurança pública necessita de dinheiro contínuo e com plano bem estabelecido, bem elaborado (LOUREIRO, 2017).

Mesmo com a sensação de que deveria haver mais investimento, o Brasil gasta o equivalente a países desenvolvidos com a segurança, mesmo assim não é capaz de reverter o cenário de insegurança, principalmente por causa de um padrão falido de organização policial e administração de conflitos, conforme Lima, Bueno e Mingardi (2016, p. 54)

Assim, é possível perceber certa ingerência nos assuntos relacionados à segurança pública, mesmo sendo um problema tão sério, que pode acometer qualquer pessoa, de qualquer classe social.

É preciso vontade para resolver esta situação e dinheiro empregado no lugar correto, pois o Brasil tem é sim um país rico, porém bilhões de reais são perdidos e jamais recuperados em razão da corrupção política do país.

2.2 VIOLÊNCIA NO ESTADO DE GOIÁS

Como foi possível perceber no tópico anterior, o Brasil é severamente marcado pela violência, e o estado de Goiás, também amarga esta realidade, neste sentido, (RESENDE, 2017) destaca que 4 das 30 cidades mais violentas do país, estão localizadas no estado goiano, que são Gama, Luziânia, Senador Canedo e Trindade.

Marcado pela violência, Goiás registra números alarmantes no "Atlas da Violência". No que diz respeito à taxa de homicídios por Unidade da Federação, o estado ocupa a quinta posição, ficando atrás apenas de Alagoas, Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte (MORENO, 2016).

Numericamente falando, a violência no estado de Goiás, é realmente assustadora, a violência cresce 10,6% no Brasil e 73,6% apenas em Goiás.

Ao observar os locais onde ocorrem tais homicídios, é possível perceber, que uma relação proporcionalmente inversa, ou seja, a violência letal é maior onde a renda é menor. Assim, em relação aos números da violência e criminalidade, três municípios da Área Metropolitana de Brasília encontram-se dentre os 200 mais violentos do país: Valparaíso, Luziânia e Águas Lindas de Goiás.

Estes municípios concentram 54% da população da Área Metropolitana de Brasília e respondem por 62,8% das mortes violentas (COSTA e SOUZA, 2012, p. 304, 305).

No quesito violência letal contra as mulheres, o estado ocupa a segunda posição no país. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontam para a intensidade de violência letal contra as mulheres, apresentando-se acima da média nacional (MORENO, 2016).

O feminicídio no estado de Goiás aponta uma média de três mortes por mês, tendo ocorrido um aumento de 83,2% entre os anos de 2016 e 2017, e mesmo diante de números tão exacerbados Marconi Perillo, governador do estado de Goiás descumpriu o compromisso que assumiu no intuito de mudar este quadro, ou seja, não aumentou o número de delegacias especializadas em atendimento à mulher nem o total de unidades para atender a vítimas em regiões rurais.

Além da violência contra as mulheres a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SSAP-GO) assinalam aumento no indicador de crimes contra crianças em Goiás. Também houve aumento no número de tentativas de homicídios contra crianças, em 2016 foram 21 tentativas, ou seja, 1,7 tentativas por mês (O HOJE.COM, 2017).

2.3 AÇÃO POLICIAL E VIOLÊNCIA

Os números da violência no Brasil são assustadores, e diante disso, a população deseja vigorosamente uma segurança pública eficiente e presente, onde a polícia seja o agente principal no trabalho de garantir a ordem pública. Para que isso ocorra, é necessário conscientização e cooperação da sociedade, pois esta espera da polícia toda proteção possível e impossível.

Assim, para garantir a tão almejada paz, a Polícia, com o aval da Lei, faz uso da força, ou seja, uma violência legal, com único objetivo de regular as interações sociais, deste modo a violência policial faz parte de um conjunto de características de polícias autoritárias, sendo um fato nas ações das polícias brasileiras (PINHEIRO, 1997).

Diante desta constatação, é que torna-se possível afirmar que a sociedade não tem uma ideia positiva a respeito da polícia militar no Brasil, e isso pode ser facilmente comprovado, por meio de dados do SIPS/Ipea (2010) sobre segurança pública, onde aponta que em nenhuma região do país mais que 6% da população diz confiar muito no trabalho policial.

A sociedade brasileira depara-se com um cenário extremamente violento, onde até mesmo os agentes que deveriam protegê-la é vista como um vilão, o que implica em mais medo, insegurança e um crescente desejo de medidas “mais duras” contra o crime, onde a população manifesta-se a favor de propostas com penas rígidas e que sejam plenamente cumpridas, independentemente da etnia, orientação sexual ou classe econômica, redução da maioria penal, uma vez os menores de idade representam um número bastante expressivo na violência, pena de morte ou emprego das Forças Armadas em tarefas de policiamento nas grandes cidades, a construção de mais presídios além de mais policiais nas ruas, conforme Rolim (2007, p. 37).

Assim, para combater a violência, a primeira instituição que vem à mente, mesmo diante de tantos fatos negativos, é a polícia. Porém, de acordo com Rolim (2007, p. 33-34) a instituição policial é marcada pelo conservadorismo e por uma autonomia dentro do Estado Democrático de Direito que incomoda a população, pois é vista como se esta instituição estivesse acima da lei, não devendo satisfação a ninguém.

Assim, a polícia criticada pela atuação repressora na época da ditadura foi posta para resolver o problema da criminalidade na democracia. Esse cenário desenvolveu a polarização entre categorias “agentes do Estado no combate ao crime – polícias” e “indivíduos criminosos afrontando as leis – bandidos”. A ideia das “classes perigosas” a serem policiadas marcava os discursos das polícias e governos. A função da polícia passou a ser vista pelas camadas mais abastadas como um muro de contenção ao intercâmbio de indivíduos e maneiras de viver, em vez de ser um meio orgânico de sua regulação (MACHADO DA SILVA, 2008).

Rolim (2007, p.35) ainda destaca que o trabalho da polícia é marcado por uma reminiscência anti-humanista, onde a violência é vista como algo normal, sempre que apresentada àqueles indivíduos marginalizados. Neste sentido, Brodeur (2002, p.265) destaca que na cultura policial os infratores “merecem” tratamentos abusivos, com uso da força e da violência.

Desde os anos 2000, a violência praticada por policiais viu-se mergulhada em um panorama em que o sistema democrático avançou e, logo, em relação às polícias são exigidos domínio e responsabilidade. Neste sentido, defloramentos dos direitos humanos não são acolhidos como elementos de controle social, de tal maneira que a própria polícia está se amoldando aos novos comportamentos de investida e de uso legítimo da força (PINC, 2007).

Diante de tudo apresentado até então, tem-se uma instituição tradicionalmente violenta, responsável por combater aquela que é a maior preocupação da sociedade brasileira: a violência, em um mundo em que os cidadãos clamam por um mundo repleto de paz, porém a criminalidade é uma realidade e a polícia ao fazer uso da força para combater este mal que tanto assombra a população é severamente criticada, tendo assim um dilema para a polícia, matar ou morrer.

Embora discrepante, a violência legitimada é o que garante à polícia o estabelecimento da ordem e por isso a população precisa aprender a confiar nela. Seria necessária uma grande transformação para que a polícia não precisasse fazer uso da força. Tudo começa com educação de qualidade, igualdade de direitos e distribuição correta dos recursos.

Deste modo, é preciso um caminho muito longo a ser percorrido, mesmo agindo de maneira truculenta. A polícia ainda é um mal necessário, principalmente em sociedades desiguais como no Brasil.

2.4 PROJETOS E POLÍTICAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Num país violento como o Brasil, é mais que natural que as pessoas se preocupem com projetos e políticas que contemplem a segurança pública, pois a criminalidade e a violência são as maiores preocupações dos brasileiros.

É imperativo que os governantes tracem metas, estabeleçam projetos eficientes, que realmente funcionem e que não sejam meros paliativos, pois a população já está cansada e já não acredita naqueles que são colocados no poder para cuidar do povo.

A falta de segurança e a violência estão intimamente ligadas às questões socioeconômicas e ao modelo capitalista, que está cada vez mais selvagem, com uma mídia que instiga o consumismo a qualquer custo.

A segurança pública é um direito universal da população e também uma atividade que é dever do Estado e que se destina a desenvolver ações que possibilitem aos cidadãos a oportunidade de usufruir tudo aquilo que as sociedades urbanas e modernas oferecem, com segurança (NERY, 2005).

(NERY, 2005) ainda define que as organizações responsáveis pela segurança pública, são as polícias Federal, Civil e a Militar dos Estados da Federação, além do Corpo de Bombeiros Militar, conforme art. 144 da Carta Magna.

Os projetos e as políticas têm finalidades precisas, que visam constituir subsídios capazes de julgar e aprovar decisões, bem como seus resultados, otimizar estratégias de intervenção no cotidiano, assim, os projetos e políticas públicas são um conjunto de ações dos

Governos (SOUZA, 2006), ações elaboradas para o enfrentamento de problemas públicos (SECCHI, 2012).

Assim, dentro da Segurança Pública, estas ações, conforme mencionado por (SECCHI, 2012), são na realidade, mecanismos legais o estabelecimento da ordem, ou diminuição da violência.

Estes mecanismos legais são os projetos e as políticas públicas, os quais englobam mecanismos revogáveis e irrevogáveis que apregoam analogias de poder e que têm por finalidades a solução de maneira harmoniosa das confusões quanto a bens públicos (RUA, 2009).

Num país com dimensões continentais, e com problemas na área da segurança, incalculáveis, é de se esperar que cada Estado desenvolva ações próprias, ou políticas na área de segurança que contemplem as peculiaridades de seu Estado.

Este trabalho já demonstrou que os índices de violência estão intimamente ligados à distribuição da renda, ou seja, quando menor a renda das famílias, maior é o índice de violência naquela localidade.

Por outro lado há quem acredite que a alteração de valores das pessoas não deva ser artifício de políticas governamentais. O que precisa ser ofertado às pessoas são orientações sobre as implicações de suas atitudes, tanto em relação ao crime como em relação ao não-crime, conforme (Wilson, 1983; Clarke, 1997; Clarke e Cornish, 1985).

Deste modo, é possível perceber que há pontos discrepantes quanto aos motivos que levam alguém a entrar no mundo do crime, contudo, é sabido de todos, que com o advento da comunicação e principalmente das mídias sociais, todos têm conhecimento das consequências de se enveredar no mundo do crime.

Assim, com respeito a políticas públicas, aqui voltadas especificamente para o Entorno de Brasília, que pertence ao estado de Goiás, também conhecido pela mídia por grande incidência de violência letal, são necessárias ações interventivas, capazes de reduzir os números de mortes violentas.

Deste modo, o Programa Entorno/DF, tem por finalidade a contenção do aumento dos índices de criminalidade com foco na implantação da Lei Seca em bares e em outros estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas; mudanças que aperfeiçoem o Sistema Prisional goiano, criação de Unidades que abriguem mulheres vítimas de violência doméstica na região do Entorno do Distrito Federal além do avanço da Estrutura Policial (MPGO, 2017).

O primeiro ponto trabalhou com uma política preventiva de crimes. Restringindo o horário de funcionamento de locais que comercializam bebidas

alcoólicas as estatísticas de delitos cometidos, provavelmente, terão acentuada queda, como já demonstram pesquisas.

Já o segundo ponto, a melhoria do Sistema Prisional, implica no cumprimento das disposições da Lei de Execuções Penais – Lei nº 7.210/84 – bem como garante aos presos respeito à dignidade da pessoa humana, eis que *"os estabelecimentos penais são inadequados e com segurança extremamente frágil, o que revela que os que se aventuram pelo caminho do crime têm grandes chances de ficarem impunes ou de cumprirem parcela ínfima de sua pena"*

O terceiro ponto destinou-se articular a implantação de uma unidade para abrigar mulheres vítimas de violência doméstica na região do Entorno do Distrito Federal, eis que trata de uma região com um alto nível de mulheres vítimas de violência doméstica que, na maioria das vezes, não possuem o amparo qualificado e garantia de segurança, tampouco *"programas que assegurem o bem-estar físico, psicológico e social"* (MPGO, 2017).

As ações elencadas são voltadas principalmente para as cidades do Entorno do Distrito Federal, uma vez que nas outras regiões do Estado, principalmente no interior, apesar de preocupantes, os números da criminalidade não impactam tanto os índices de crimes violentos verificados e aferidos pela Secretaria de Segurança Pública, embora haja situações pontuais e localizadas que requerem ações conjuntas para o retorno à normalidade nessas regiões específicas (MORAES, 2017).

De modo geral, há que se pensar em tudo que precisa ser feito para mudar a crise na segurança pública do país, os governantes precisam entender que dinheiro público deve ser usado para beneficiar a população, e não em benefício próprio.

Para resolver as questões que envolvem a segurança, inicialmente é preciso investir em educação de qualidade para todos, o que acarreta em igualdade de outros direitos, a corrupção e o desejo de levar vantagem em tudo também são elementos que precisam mudar, com ações em casa, na escola, na mídia, na rua, em toda parte. A população precisa entender que ser honesto vale mais que qualquer outra coisa.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

O presente artigo científico teve como tema Projetos e Políticas em Segurança Pública no Combate à Violência, este tema é bastante pertinente, pois aborda a questão da violência no país, um dos problemas mais sérios enfrentados na atualidade e ainda, porque buscou conhecer os mecanismos que o Estado tem utilizado para combater esta violência, que registra números ainda mais alarmantes que aqueles registrados em países em guerra.

Neste sentido, o problema levantado nesta pesquisa científica, buscou responder se os projetos e políticas em segurança pública têm sido eficazes no combate à violência. E como

objetivo geral buscou identificar as ações que têm sido desenvolvidas pelo Estado no sentido de resolver as questões de violência no país.

Além disso, como objetivos específicos o trabalho analisou a violência no país e em especial no estado de Goiás; identificou o papel da polícia diante deste cenário de violência; e finalmente apresentou as políticas afirmativas dentro da segurança pública.

Com a realização da pesquisa, foi possível comprovar que não é apenas a sociedade civil que é vítima da violência, mas a Polícia Militar também é vítima fatal desta violência, ela é vítima quando morre em ações policiais, quando bandidos descobrem que são policias, mesmo não estando em serviço, sofrem violência quando não podem expor na vizinhança a profissão que exercem, sofrem pela mídia quando são apontados como maiores ocasionadores da violência urbana.

Segundo a Folha de São Paulo de 2012, a cada 32 horas um policial é morto no Brasil. Em 2014, 114 policiais foram mortos só no Rio de Janeiro, lembrando que a maioria destes, não estava em serviço, quando atacados fatalmente (BITTAR, 2015).

Diante de tais fatos, é possível constatar que ninguém está seguro, até mesmo aqueles que têm a missão de proteger são aterrorizados pela violência.

Outra fonte de pesquisa que foi de extrema importância para a realização deste trabalho, foi o Atlas da Violência, que destacou acontecimentos significativos a respeito da violência. O “Atlas da Violência” apontou que 10% dos homicídios do mundo ocorrem no Brasil (MORENO, 2016). É também necessário ressaltar que 4 das 30 cidades mais violentas do país, estão localizadas no estado goiano, que são Gama, Luziânia, Senador Canedo e Trindade (RESENDE, 2017). Assim, a violência cresce 10,6% no Brasil e 73,6% apenas em Goiás.

Oliveira (2017) esclareceu que de acordo com o “Atlas da Violência” homens, jovens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país, evidenciando o aspecto racial nas causas de violência no Brasil.

O “Atlas da Violência” ainda assinalou um crescimento assustador do número de homicídios no Brasil, onde se desenha a naturalização da violência por parte do poder público, Oliveira (2017).

Diante de números tão alarmantes, é imperativo o desenvolvimento de medidas capazes de frear o crescimento da violência, neste sentido a população manifesta-se a favor de propostas com penas rígidas e que sejam plenamente cumpridas, independentemente da etnia, orientação sexual ou classe econômica, redução da maioridade penal, uma vez os menores de idade representam um número bastante expressivo na violência, pena de morte ou emprego das Forças Armadas em tarefas de policiamento nas grandes cidades, a construção de mais presídios além de mais policiais nas ruas, conforme Rolim (2007, p. 37).

E mesmo com as ferrenhas críticas enfrentadas, a primeira instituição que vem à mente, mesmo diante de tantos fatos negativos, é a polícia. Porém, de acordo com Rolim (2007, p. 33-34) a instituição policial é marcada pelo conservadorismo e por uma autonomia dentro do Estado Democrático de Direito que incomoda a população, pois é vista como se esta instituição estivesse acima da lei, não devendo satisfação a ninguém.

Após analisados os números da violência, a pesquisa buscou os projetos e políticas públicas de combate à violência, estes, por sua vez, têm finalidades precisas, que visam constituir subsídios capazes de julgar e aprovar decisões, bem como seus resultados, otimizar estratégias de intervenção no cotidiano, assim, os projetos e políticas públicas são um conjunto de ações dos Governos (SOUZA, 2006), ações elaboradas para o enfrentamento de problemas públicos (SECCHI, 2012).

Nas cidades que compõem o Entorno de Brasília é desenvolvido o Programa Entorno/DF, tem por finalidade a contenção do aumento dos índices de criminalidade com foco na implantação da Lei Seca em bares e em outros estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas; mudanças que aperfeiçoem o Sistema Prisional goiano, criação de Unidades que abriguem mulheres vítimas de violência doméstica na região do Entorno do Distrito Federal além do avanço da Estrutura Policial (MPGO, 2017).

Assim, após analisar os projetos e políticas públicas desenvolvidas para o combate à violência, foi possível constatar que a pesquisa preocupou-se mais em definir o conceito e a importância dos projetos e políticas públicas, que mesmo apontar na prática quais projetos e políticas públicas são desenvolvidos na prática, no combate à violência.

Neste sentido, observou-se algumas inconsistências, entretanto, o teoricamente o trabalho foi bastante elucidativo, quanto às ocorrências de violência no país, em especial no estado de Goiás, a ainda apontou uma política pública desenvolvida no Entorno do DF.

Assim, a pesquisa abre um leque, para que se busque mais a fundo, políticas públicas desenvolvidas no país e em especial no estado de Goiás, para combater a violência.

E finalmente, com a pesquisa, foi possível perceber, que mesmo com a imagem desgastada, e com uma parcela da população afirmando ter medo da polícia, esta é a primeira instituição que vem à mente das pessoas, quando o assunto é o combate à violência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um país como o Brasil, marcado pela violência, onde a taxa de homicídios aumentou 10% e, no início de 2017 e uma explosão em massa da crise do sistema carcerária, conforme Ferro (2017) é necessário que se pense na importância das políticas públicas voltadas para a segurança pública, principalmente porque a sociedade depara-se com uma crise nacional na segurança pública, onde a violência no Brasil matou mais que a guerra na Síria, nos últimos 5 anos, de acordo com Santos (2016).

A violência recorrente no Brasil, não poupa ninguém, isso porque os casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem em toda parte, deixando de ser uma exclusividade das ruas, eles ocorrem em casa, na rua e até dentro de escolas e universidades. Outro fato importante, é que este público tem medo de sair à noite, do tráfico de drogas e até da polícia (PAIVA, 2015). E isso pode ser facilmente comprovado através de números, segundo a Folha de São Paulo de 2012, a cada 32 horas um policial é morto no Brasil. Em 2014, 114 policiais foram mortos só no Rio de Janeiro, lembrando que a maioria destes, não estava em serviço, quando atacados fatalmente (BITTAR, 2015).

Além disso, por meio desta pesquisa foi possível perceber que não é apenas a sociedade civil que é massacrada com a violência, mas a Polícia Militar também é vítima fatal, ela é vítima quando morre em ações policiais, quando bandidos descobrem que são policiais, mesmo não estando em serviço, sofrem violência quando não podem expor na vizinhança a profissão que exercem, sofrem pela mídia quando são apontados como maiores ocasionadores da violência urbana. Assim, falar em políticas públicas é fundamental, e esta pesquisa trouxe esclarecimentos importantes a respeito destas ações elaboradas para o enfrentamento de problemas públicos (SECCHI, 2012).

O estado de Goiás é bastante castigado com os elevados números da violência, tendo 04 cidades entre as 30 mais violentas do país. O Estado é o responsável por garantir mecanismos, através das políticas públicas, que garantam a ordem e a segurança de todos.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHE O PROJETO SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/acompanhe-o-projeto-seguranca-publica#.WnmkuLPJ3cs>

BITTAR, Amanda. **Violência contra policiais: um problema governamental ou social?** Disponível em: http://www.adpf.org.br/adpf/admin/painelcontrole/materia/materia_portal.wsp?tmp.edt.materia_codigo=7481&tit=Viol%EAncia-contrapoliciais-um-problema-governamental-ou-social?#.Wr-mdDNv_cs

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Anne Joyce Angher. 8 ed. São Paulo: Rideel, 2002, p. 264.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRODEUR, JP. **Como reconhecer um bom policiamento**. São Paulo. Edusp, 2005.

COSTA, Arthur Trindade M; SOUZA, Dalva Borges de. **A violência no eixo Brasília-Goiânia**. Rev. bras. segur. pública| São Paulo v. 6, n. 2, 298-311 Ago/Set 2012

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4.ed.-SãoPaulo: Atlas,2002

LIMA, Renato Sérgio de. BUENO, Samira e MINGARDI, Guaracy. **Estado, polícias e segurança pública no Brasil**. REVISTA DIREITO GV | SÃO PAULO | V. 12 N. 1 | 49-85 | JAN-ABR 2016

LOUREIRO, Gabriela. **5 razões por trás da crise de segurança pública no Brasil**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38909715>

MACHADO DA SILVA, L. A. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/Faperj, 2008.

MORAES, Maxwell Franco de. **A IMPORTÂNCIA DA EXPANSÃO DO PATRULHAMENTO RURAL NA ÁREA DO 14º BPM – O PROJETO DE GEORREFERENCIAMENTO RURAL** – Goiânia, 2017.

MORENO, João. **De acordo com 'Atlas da Violência', Goiás registra quinto maior índice de homicídios** - O Popular, publicado em junho de 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/editorias/cidade/de-acordo-com-atlas-da-viol%C3%Aancia-goi%C3%AAs-registra-quinto-maior-%C3%ADndice-de-homic%C3%ADdios-1.1287832>

NERY, Lucas. [sim] **Estatuto do desarmamento: um passo decisivo no combate à criminalidade e na construção da paz**. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, n. 840, 21 out. 2005.

OLIVEIRA, Caroline. **Atlas da Violência 2017: negros e jovens são as maiores vítimas**. Publicado em junho de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas>

PAIVA, Roberto. **Violência é a principal preocupação de crianças e adolescentes, diz pesquisa**. Edição do dia 23/07/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/07/violencia-e-principal-preocupaca-de-criancas-e-adolescentes-diz-pesquisa.html>

PINC, T. Abordagem policial: um encontro (des)concertante entre a polícia e o público. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, 2ª edição, p. 6-23, 2007.

RESENDE, Paula. **Quatro cidades de Goiás estão entre as 30 mais violentas do país, segundo IPEA.** 06/06/2017 11h32 Atualizado 06/06/2017 11h51. Disponível em: <https://g1.globo.com/goias/noticia/quatro-cidades-de-goias-estao-entre-as-30-mais-violentas-do-pais-aponta-ipea.ghtml>

ROLIM, M. **Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil.** Revista Brasileira de Segurança Pública, ano 1, n. 1, p. 32-47, 2007.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. 130 p.

SANTOS, Bárbara Ferreira. **Em 5 anos, violência no Brasil mata mais que a guerra na Síria.** Publicado em 28 out 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos.** São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SOUZA, Celine. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, E. R.; LIMA, M. L. C. **Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1211-1222, 2006. Suplemento.

WILSON, J.Q. e Herrenstein, R.J. *Crime and human nature: the definitive study of the causes of crime.* New York, Touchstone Book. Simon & Schuster, Inc., 1985.